



**TJDFT**

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITÓRIOS

2ª Vara Cível de Ceilândia  
QNM 11, Ceilândia Sul (Ceilândia), BRASÍLIA - DF - CEP: 72215-110  
Telefone: ( )  
Horário de atendimento: 12:00 às 19:00h

Ofício n. **123/2020 2VC-CEI**

BRASÍLIA, DF, 31 de março de 2020 08:49:27.

Número do processo: **0720462-92.2019.8.07.0003**  
Classe judicial: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
AUTOR: EMILIA MARIA COSTA MOURA  
RÉU: BANCO BMG S.A

Ao Senhor PRESIDENTE DO INSS.

Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Ed. Sede, Térreo, Sala 45, CEP 70059-900. Brasília/DF

Assunto: **Ciência da Sentença.**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Senhoria que **o teor da sentença proferida nos autos em epígrafe, na qual foi declarada a ilegalidade dos descontos efetuados pelo requerido, no benefício previdenciário da autora a título de 'Reserva de Margem Consignável'**. Segue sentença de ID 60335770 em anexo.

Por gentileza, constar na resposta o número do processo e o nome da parte autora.

Atenciosamente,

**ITAMAR DIAS NORONHA FILHO**

Juiz de Direito Substituto





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Gabinete da Presidência

**DESPACHO**

Gabinete, em 15/06/2020.

**Ref.:** Processo nº 35014.143211/2020-13.

**Int.:** 2ª Vara Cível de Ceilândia - TJDF.

**A s s . :** Processo nº 0720462-92.2019.8.07.0003 - autor: Emília Maria Costa Moura e réu: Banco BMG S.A.

1. Ciente.

2. Encaminhe-se à Diretoria de Benefícios para exame e adoção das providências cabíveis, devendo a resposta ser encaminhada diretamente ao Juízo competente.

**EMANUEL ARAUJO DANTAS**

Chefe de Gabinete da Presidência



Documento assinado eletronicamente por **EMANUEL DE ARAUJO DANTAS, Chefe de Gabinete da Presidência**, em 15/06/2020, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1047906** e o código CRC **43262976**.

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**2VARCIVCEI**

2ª Vara Cível de Ceilândia

Número do processo: 0720462-92.2019.8.07.0003

Classe judicial: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: EMILIA MARIA COSTA MOURA

RÉU: BANCO BMG S.A

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Vistos.

Trata-se de **AÇÃO DE DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO c/c REPARAÇÃO DE DANOS** sob a égide do rito comum, ajuizada por **EMILIA MARIA COSTA MOURA** em desfavor de **BANCO BMG S.A**, partes devidamente qualificadas nos autos em epígrafe.

Em suas considerações iniciais aduz que verificou a existência de descontos em seu benefício previdenciário, a título de empréstimo RMC, realizados pelo requerido, sem solicitação da autora.

Aduz que não assinou contrato com o requerido e tampouco recebeu valores em sua conta.

Narra que foram efetuados 49 descontos em sua aposentadoria, totalizando o valor de R\$ 2.238,60.

Sustenta a ilicitude dos descontos efetuados.

Tece arrazoado jurídico e postula, em tutela de urgência, a imediata suspensão dos descontos efetuados no benefício previdenciário da autora, a título de RMC. No mérito, requer: 1) a declaração de ilegalidade das cobranças a título de RMC, com o cancelamento do encargos e a consequente declaração de inexistência de contratação entre as partes; 2) a suspensão dos descontos na aposentadoria da autora; 3) a condenação da ré na restituição, em dobro, dos valores já descontados, no total de R\$ 4.477,20; 4) Em pedido subsidiário, no caso de comprovação da

contratação, requer a declaração da nulidade da contratação; 5) Em pedido alternativo, no caso de comprovação da contratação, requer a conversão do empréstimo RMC em empréstimo consignado, amortizando-se as parcelas já descontadas do saldo devedor; 6) a condenação da ré no pagamento de R\$ 10.000,00 por danos morais.

Com a inicial vieram documentos [id. 48713447 a 48713800].

Decisão [id. 49969984] concedeu o benefício da justiça gratuita à autora e indeferiu a tutela de urgência.

Citado, o requerido contestou. Em preliminar, argui a inépcia da petição inicial e em prejudicial de mérito, argui a ocorrência de prescrição, em relação às parcelas vencidas antes do triênio que antecedeu o ajuizamento da ação. No mérito, afirma que a autora celebrou o contrato de cartão de crédito consignado n°. 5259.2210.3377.6112, substituído pelo 5259.0533.4575.6112, conta cartão n°. 2574712, sendo liberado o valor de R\$ 1.387,00, com reserva de margem consignável (RMC) para pagamento do valor mínimo de R\$ 49,90; que, quando solicitada essa modalidade de cartão, o requerido efetua uma reserva de 5% do vencimento do contratante para o pagamento do valor mínimo apurado para a utilização do cartão; que o valor restante da fatura deve ser pago pelo cliente, via boleto bancário que chega na residência; que o contrato foi assinado pela autora e que o valor foi depositado em sua conta corrente; que a autora nunca pagou o valor integral das faturas; que o contrato é válido; que não foi provado o dano moral alegado; que os descontos decorrentes do contrato não geram dano moral; que, em caso de condenação, deve o valor ser fixado de forma proporcional; que não é possível a restituição de valores; que não é possível a conversão contratual. Ao final, pede a improcedência do pleito autoral. Juntou documentos [id. 52843958 a 52844073].

A parte autora apresentou réplica combatendo os argumentos levantados em sede de contestação, bem como ratificando os suscitados na peça inaugural.

Intimadas a especificarem outras provas, as partes manifestaram o desinteresse na dilação probatória [id. 55264473 e 55353930].

Recebi os autos conclusos para sentença.

Esse é o relato do que reputo ser necessário. Passo a decidir.

Procedo ao julgamento antecipado, porquanto a questão é prevalentemente de direito, o que atrai a normatividade do art. 355, I, do Código de Processo Civil. No mais, o Juiz, como destinatário final da prova, consoante disposição do art. 370 do CPC, fica incumbido de indeferir as provas inúteis ou protelatórias. A sua efetiva realização não configura cerceamento de defesa, não sendo faculdade do Magistrado, e sim dever [STJ - REsp 2.832-RJ rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira]. Trata-se de um comando normativo cogente que se coaduna com o princípio da celeridade e prestigia a efetividade da prestação jurisdicional.

Passo à análise das questões preliminares pendentes.

#### **Da inépcia da petição inicial.**

A petição inicial é o documento que deflagra a demanda judicial e instaura o processo, instrumento criado para servir de mecanismo a se atingir a correta prestação jurisdicional.

O art. 319 do Código de Processo Civil traz os requisitos que a petição inicial necessita preencher, como qualificação das partes, causa de pedir [próxima e remota], pedidos com suas especificações, e outros elementos, como causa de pedir e requerimento de provas.

A inépcia da inicial ocorre quando há vícios nesses elementos apresentados, como diz o art. 330, § 1º, do Código de Processo Civil, *in verbis*:

Art. 330 A petição inicial será indeferida quando:

[...]

§ 1º Considera-se inepta a petição inicial quando:

I - lhe faltar pedido ou causa de pedir;

II - o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico;

III - da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;

IV - contiver pedidos incompatíveis entre si.

O que se verifica da inicial é que ela não apresenta nenhum desses vícios. Afasto, portanto, a preliminar.

### **Da prescrição.**

"O tempo não para". Trazendo a citação musical para o meio jurídico, anota-se, ainda, o brocardo o "Direito não socorre aos que dormem".

Um dos reflexos do tempo são os efeitos da prescrição e da decadência.

A prescrição é a aniquilação da pretensão autoral em razão do transcurso do prazo previsto na lei. A pretensão da parte nasce no instante em que seu direito é violado por outrem.

A prescrição tem como alicerce um grande princípio constitucional, qual seja, o princípio da segurança jurídica. E por quê? Porque não se pode permitir que o credor se eternize em um crédito, podendo infinitamente exercer esse direito em crédito em face do devedor.

O artigo 189 do Código Civil estipula que *"violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206"*.

No caso, tratando-se de demanda submetida ao Código de Defesa do Consumidor, tem-se a aplicação do art. 27, no que se refere ao prazo prescricional para o ajuizamento da ação de reparação de danos:

*"Art. 27. Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria"*.

A presente ação foi ajuizada em 31/10/2019, sendo que o primeiro desconto foi realizado em 01/07/2015. Assim, não há que se falar em ocorrência de prescrição.

**No mérito, o pedido é procedente em parte. Dou as razões.**

É importante consignar que o Código de Defesa do Consumidor, modelo de diploma protetivo no mundo todo, tem a finalidade precípua de proteger a parte mais fraca da relação consumerista, evitando, desta feita, que ela seja devorada

pela parte mais forte, restando obrigada a atender as suas imposições. É por isso que a Constituição Federal denomina o consumidor de parte vulnerável.

O Código de Defesa do Consumidor foi publicado para proteção do consumidor contra armadilhas do comércio e para equilíbrio das relações, tendo em vista a desvantagem natural.

Configura direito básico do consumidor a efetiva reparação dos danos experimentados, a teor do artigo 6º, inciso VI do CDC - incluindo-se o devido cumprimento de oferta contratual, nos termos do artigo 30 do CDC.

De um lado, a parte requerente é consumidora, haja vista o artigo 2º, "caput", do diploma legal, porquanto destinatária final do bem ou do serviço. De outro, a parte requerida enquadra-se na definição legal de fornecedor [artigo 3º, "caput" e §2º], uma vez que se organiza empresarialmente para o desempenho da atividade bancária e financeira.

No caso dos autos, a autora alega que não celebrou contrato de RMC com a requerida, apesar dos descontos realizados diretamente em seu benefício previdenciário.

É certo que, nos casos em que se necessita apurar a prova de fato negativo, o ônus da prova que, inicialmente é da parte demandante, inverte-se para a parte demandada, de maneira que passa a ser desta o ônus de apresentar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor, conforme estabelece o art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil.

Portanto, não há como atribuir à parte autora o ônus de provar que não contraiu o débito perante a requerida. Ao revés, cabe ao requerido demonstrar a efetiva contratação, pela autora, do débito cobrado.

E, no caso dos autos, o requerido logrou êxito em evidenciar que a requerente contraiu o empréstimo impugnado na petição inicial.

No documento de id. 52843958 consta o 'TERMO DE ADESÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO DO BANCO BMG E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO', assinado pela autora em 23/07/2015.

Da análise do referido contrato, é de se ver que se refere à utilização do cartão de crédito consignado, mediante consignação de contracheque, havendo a previsão de

desconto, mensal, do valor mínimo consignado de R\$ 39,40.

Também foi juntado aos autos o comprovante de depósito do valor de R\$ 1.065,94 em favor da autora e a planilha de débitos, a qual evidencia a amortização do referido valor, mediante a utilização do valor mínimo consignado, inicialmente fixado em R\$ 39,40 [id. 52843966 a 52843989].

Portanto, não há como acolher o pedido de declaração de inexistência de contratação entre as partes.

Não obstante a comprovação de celebração do contrato, com anuência da autora ao desconto do valor mínimo via consignação em seu benefício previdenciário, forçoso é o reconhecimento da abusividade do contrato celebrado entre as partes.

Veja-se que o desejo inicial da consumidora era a celebração de contrato de empréstimo pessoal, mediante pagamento consignado em seu contracheque. Todavia, houve a celebração, em conjunto, de contrato de adesão à utilização de cartão de crédito consignado, o qual foi utilizado pelo requerido para efetivação da amortização das parcelas do empréstimo.

Ocorre que, da forma como o contrato foi celebrado, a consumidora foi relegada a uma posição de desvantagem exagerada perante a instituição financeira, pois, apesar dos descontos mensais das parcelas em seu benefício previdenciário, não há a amortização do valor principal do débito, mas apenas dos encargos acessórios estratosféricos gerados pelo pagamento parcial das faturas do cartão de crédito.

Trata-se, em verdade, de financiamento de fatura de cartão de crédito, o qual não possui prazo para finalizar, tornando o consumidor um eterno devedor da instituição financeira.

Veja-se que o valor de R\$ 1.065,94 foi concedido à autora em 09/11/2015 e, em 10/12/2019, o valor do saldo devedor da autora era R\$ 856,67. Ou seja, após 4 anos da concessão do empréstimo, a autora ainda era devedora de mais de 80% do valor concedido.

Outrossim, é de se observar das faturas juntas que a autora não realizou qualquer compra de produtos ou serviços com o cartão de crédito, o qual foi utilizado somente para a concessão do mútuo à requerente [id. 52844044 a 52844073].



A autora pugnou pela declaração de nulidade da contratação, acaso comprovada a celebração de contrato entre as partes [id. 48713408 - pág. 22, item III].

Nesse trilhar, tenho que o pedido da requerente merece a procedência, pois não é permitido ao requerido impor ao consumidor um contrato sem prazo definido para a cessação dos descontos no salário.

Acerca do tema, o Código de Defesa do Consumidor dispõe que:

*Art. 52. No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, entre outros requisitos, informá-lo prévia e adequadamente sobre:*

*I - preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional;*

*II - montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros;*

*III - acréscimos legalmente previstos;*

*IV - **número e periodicidade das prestações;***

*V - soma total a pagar, com e sem financiamento.*

Consoante se observa, o requerido descumpre a determinação legal ao não estabelecer o número de prestações necessárias à quitação do débito.

O Código de Defesa do Consumidor prevê ainda que são nulas, de pleno direito, as cláusulas contratuais que estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade [Art. 51, IV].

Assim, é de se concluir pela conduta indevida do requerido, que estabeleceu a cobrança das parcelas do mútuo em fatura de cartão de crédito, sem fixar o número de prestações necessárias à quitação do débito, restando nula, de pleno direito, tal estipulação contratual que submete a autora à desvantagem exagerada.

Considerando que já houve o débito total de R\$ 2.238,60 até 10/11/2019, no benefício previdenciário da autora, não há que se permitir a continuidade de descontos pelo requerido.

Para corroborar o que foi narrado, trago à baila os seguintes arestos deste E. Tribunal, que analisou casos análogos, envolvendo a parte requerida:

**CIVIL, CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. DUAS APELAÇÕES. AÇÃO DE CONHECIMENTO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO CONSIGNADO NA MODALIDADE CARTÃO DE CRÉDITO. DESCONTOS INCIDENTES SOBRE OS PROVENTOS DA PARTE. PAGAMENTO MENSAL MEDIANTE RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC). AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS ACERCA DO AJUSTE. BOA-FÉ E PROIBIDADE. NÃO OBSERVAÇÃO. VENDA CASADA. DISSONÂNCIA ENTRE A CONTRATAÇÃO EFETIVAMENTE REALIZADA E A VERDADEIRA INTENÇÃO DO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. REDUÇÃO DO QUANTUM FIXADO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO SIMPLES. RECURSO DA AUTORA IMPROVIDO E DO RÉU PARCIALMENTE PROVIDO.**

1. Apelações interpostas contra sentença, proferida em ação de conhecimento, que julgou os pedidos iniciais parcialmente procedentes para: a) reputar ilegal a estipulação de cláusulas no contrato de mútuo entabulado entre as partes versando sobre "Cartão de Crédito e Débito de propriedade do BMG, denominado BMG MASTER", b) cessar o desconto de proventos da autora com lastro naquele cartão, c) condenar o réu na devolução simples à autora de 32 parcelas de R\$ 95,36 e outras 28 de R\$ 146,34, corrigidas monetariamente, e d) condenar o réu ao pagamento de R\$ 7.000,00, a título de danos morais. 1.1. Recurso da autora aviado para que o réu seja condenado a restituir em dobro os descontos realizados em seu salário de benefício. 1.2. O réu busca a reforma da sentença para que sejam julgados improcedentes os pedidos iniciais ante a inexistência de conduta ilícita por ele praticada, para afastar a condenação de

cancelamento do contrato, danos morais e repetição de indébito, evitando-se o enriquecimento sem causa da autora. 2. Denota-se do conjunto probatório dos autos, a ausência de informações adequadas que deveriam ter sido prestadas à consumidora, pessoa idosa, que se comprometeu ao pagamento do valor mediante descontos realizados diretamente em seus proventos de aposentadoria. 2.1. Em verdade, existiu um evidente desrespeito ao direito básico da consumidora no que se refere à informação adequada e clara acerca da natureza do contrato celebrado entre as partes, bem como dos ônus financeiros decorrentes do cartão BMG Master (art. 6º, III, do CDC). 2.2. A consumidora não pretendeu contratar cartão de crédito, mas tão somente empréstimo consignado em seus proventos. 2.3. E, neste contexto, a instituição financeira ofereceu modalidade de crédito diversa da pretendida pela consumidora, levando-a a crer na contratação pretendida, ao indicar que o pagamento do empréstimo seria realizado mediante consignação nos seus proventos, com reserva de margem. 2.4. Portanto, a fornecedora rompeu com a boa-fé e função social exigíveis para a relação contratual, nos exatos termos dos arts. 421 e 422 do CC. 2.5. Além disso, a previsão contratual de cobrança de cartão de crédito consignado (RMC) deve ser interpretada como "venda casada", prática rechaçada pelo art. 39, I, CDC. 2.6. Na hipótese, a cobrança a título cartão de crédito consignado (RMC) não se traduz em uma faculdade assegurada à consumidora, mas verdadeira imposição. 2.7. Nesse sentido, mostra-se ilegal a inserção no contrato de consignação firmado entre as

partes de cláusulas versando sobre "cartão de crédito e débito de propriedade do BMG".

[...] (Acórdão n.1128066  
([http://pesquisajuris.tjdft.jus.br/Indexadorweb/sistj?](http://pesquisajuris.tjdft.jus.br/Indexadorweb/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaIn07318056220178070001)  
[visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaIn07318056220178070001](http://pesquisajuris.tjdft.jus.br/Indexadorweb/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaIn07318056220178070001), Relator: JOÃO  
EGMONT 2ª Turma Cível, Data de  
Julgamento: 03/10/2018, Publicado no DJE:  
08/10/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

**CIVIL. PROCESSO CIVIL. CONSUMIDOR. CONTRATO BANCÁRIO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. MÚTUO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO. VENDA CASADA. VEDAÇÃO. DEVER DE INFORMAÇÃO. VIOLAÇÃO. ABUSIVIDADE. NULIDADE. SENTENÇA MANTIDA.** 1. A relação jurídica estabelecida entre a instituição financeira e o mutuário, pessoa física, configura-se relação de consumo, segundo dogmática expressa no art. 3º, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor. 2. A imposição de utilização de cartão de crédito paralelo à concessão de empréstimo consignado em folha de pagamento importa venda casada, amplamente vedada pelo legislador (art. 39, I, CDC). 3. Garante-se ao consumidor o direito de informação precisa e clara acerca dos termos desfavoráveis inscritos no contrato de adesão (art. 6º, III, CDC). Da mesma forma, as cláusulas contratuais que coloquem o mutuário em exagerada desvantagem devem ser interpretadas em seu favor (art. 51, IV, CDC). 4. Obrigatório constar do contrato de abertura de crédito o prazo de quitação das parcelas do empréstimo. Precedente (TJDFT, Acórdão 1176649,

07113330620188070001, Relator: ROBERTO FREITAS, 1ª Turma Cível, data de julgamento: 5/6/2019, publicado no DJE: 13/6/2019). 5. Recurso improvido.

(Acórdão 1219217  
([https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadoWeb/sistj?](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadoWeb/sistj?visaoId=tjdft.sistj.acordaoeletronico.buscaIn07022523020188070002)

[visaoId=tjdft.sistj.acordaoeletronico.buscaIn07022523020188070002](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadoWeb/sistj?visaoId=tjdft.sistj.acordaoeletronico.buscaIn07022523020188070002), Relator: LEILA ARLANCH, 7ª Turma Cível, data de julgamento: 27/11/2019, publicado no DJE: 13/12/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

No que se refere à restituição em dobro, dispõe o art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor que "o consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável".

Para que haja a devolução em dobro dos valores cobrados, é necessária a comprovação de três requisitos, conforme o parágrafo único do artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor, a saber: [I] que a cobrança realizada tenha sido indevida; [II] que haja o efetivo pagamento pelo consumidor; [III] a ausência de engano justificável e [VI] a má-fé, nos termos da mais recente jurisprudência do STJ. Confira:

**AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DEVOUÇÃO EM DOBRO. MÁ-FÉ. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ.** 1. Nos termos da jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, "[...] para se determinar a repetição do indébito em dobro deve estar comprovada a má-fé, o abuso ou leviandade, como determinam os artigos 940 do Código Civil e 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, o que não ocorreu na espécie, porquanto, segundo o Tribunal a quo, o tema da repetição em dobro sequer foi devolvida para apreciação". Precedentes. 2. Não

*cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ). 3. Agravo interno a que se nega provimento [STJ - AgInt no AgRg no AREsp 730415 / RS - Ministra Relatora Maria Isabel Gallotti - julgado em 17/4/2018].*

No caso dos autos não foi demonstrada a má-fé do requerido no desconto do valor da aposentadoria da autora, notadamente diante da assinatura do contrato pela requerente.

Considerando a abusividade contratual praticada pela requerida, os valores descontados do benefício previdenciário da autora lhes devem ser restituídos, com o consequente abatimento do valor que foi disponibilizado à requerente.

A restituição das quantias descontadas no benefício previdenciário deverá ocorrer de forma simples, com correção monetária desde cada desconto indevido e juros de mora desde a citação do réu. A quantia depositada em favor da autora deve ser atualizada monetariamente desde a data do crédito.

#### **Do dano moral.**

O dano moral, inicialmente previsto no art. 5º, V e X, da Constituição Federal de 1988, se expandiu devido ao bom uso que dele se fez e hoje está capitulado no art. 186, do CC, bem como no art. 6º, VI, da Lei 8078/90 [que, inclusive, introduziu os danos morais coletivos e difusos].

Houve uma corrida desenfreada em busca de indenizações, o que é facilmente explicável pela incompreensão jurídica de uma temática reprimida pelo sistema jurídico e pela falsa ilusão do enriquecimento [pedidos milionários], movimentação que não cabe censurar pela utilidade resultante dos cortes das demandas frívolas que alimentam a indústria do dano moral.

O filtro judiciário permitiu decotar a matéria e cunhar o princípio de que mero dissabor não se indeniza, base jurídica da certeza de que justifica compensar com dinheiro somente a lesão que provoca séria e grave perturbação [mesmo que anímica] do indivíduo e da pessoa jurídica [Súmula 227, do STJ].

O dano moral, para que se faça indenizável, deve infundir na vítima uma grande violência à sua imagem e honra ou profunda dor em sua esfera íntima e psíquica,

hábil a deixar sequelas que se reflitam de forma nociva em seu dia-a-dia, como, por exemplo, ocorre quando se verifica uma grave humilhação pública, a perda de um ente querido ou a ocorrência de lesões corporais debilitantes.

Sérgio Cavalieri ensina que: "O dano deve ser de tal modo grave que justifique a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Nessa linha de princípio, só deve ser reputado dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos mais triviais aborrecimentos". [CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil, 2ª ed. Malheiros Editores, 2003. p. 99].

No caso dos autos, foi provada a existência da relação de jurídica entre a parte autora e o réu, não se vislumbrando, desse modo, a ocorrência de dano moral em face da requerente.

Momentos difíceis e desagradáveis são inerentes à convivência em sociedade, não havendo que se falar em indenização para todo e qualquer dissabor sofrido.

Transtornos, contratemplos e mora contratual são vicissitudes da vida que a transformam em fases difíceis que devem ser transpostas. A vida perfeita, sem aborrecimentos e dissabores, é antagônica ao ser humano e em nada combina com ele.

Nesse sentido, é a jurisprudência deste E. Tribunal de Justiça:

**CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE E INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO.. ART. 27 DO CDC. PARCELAS ANTERIORES AO QUINQUÊNIO QUE ANTECEDE O AJUIZAMENTO DA DEMANDA. REPETIÇÃO EM DOBRO DOS VALORES INDEVIDAMENTE**

**DEBITADOS. MA-FÉ. AUSENCIA DE  
COMPROVAÇÃO. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA.  
SENTENÇA MANTIDA.**

1 - Cuidando-se de relação de consumo, aplica-se o prazo quinquenal previsto no art. 27 do Código de Defesa do Consumidor à pretensão de ressarcimento de descontos indevidamente realizados por instituição bancária. No entanto, em se tratando de relação de trato sucessivo, que conta com previsão de pagamentos mensais e sucessivos, o prazo prescricional flui do pagamento de cada parcela indevida, não se reconhecendo, portanto, a prescrição do fundo de direito, mas apenas das parcelas anteriores aos cinco anos que antecederam o ajuizamento da demanda, o que foi escorreitamente reconhecido em sentença. 2

- A devolução em dobro dos valores pagos indevidamente, com fulcro no artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor, pressupõe, necessariamente, a má-fé da instituição financeira. Não se vislumbrando má-fé do fornecedor de serviços, impõe-se a devolução na forma simples. 3 - Inobstante o aborrecimento causado pela circunstância dos descontos indevidos, não foi demonstrada a existência de qualquer consequência mais gravosa a decorrer do fato, tal como anotação do nome do Autor em cadastro de inadimplentes, recusa de crédito em estabelecimentos comerciais ou medidas semelhantes, de maneira a implicar abalo moral, por isso se compreende que o ocorrido limita-se ao âmbito das adversidades inerentes à vida em sociedade, não gerando, por conseguinte, direito à percepção de indenização por danos morais. Apelação Cível desprovida.

(Acórdão

n.1141597

([https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/Indexadorweb/sistj?](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/Indexadorweb/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscainc07287839320178070001)

[visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscainc07287839320178070001](https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/Indexadorweb/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscainc07287839320178070001), Relator: ANGELO PASSARELI 5ª Turma Cível, Data de Julgamento: 05/12/2018, Publicado no DJE: 11/12/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada.)





Forte nessas razões julgo **PROCEDENTE EM PARTE** O PEDIDO formulado pela parte autora, e assim o faço com suporte no art. 487, I, do Código de Processo Civil para:

1. **DECLARAR** a ilegalidade dos descontos efetuados, pelo requerido, no benefício previdenciário da autora a título de 'Reserva de Margem Consignável';

2. **DETERMINAR** a imediata interrupção dos descontos efetuados no benefício previdenciário da autora a esse título;

3. **CONDENAR** o requerido na restituição das referidas parcelas descontadas no benefício previdenciário da autora, a partir de 01/07/2015, com incidência de correção monetária, conforme índice do INPC, desde cada desconto, e de juros de mora, de 1% ao mês [Código Civil, artigo 406, c/c Código Tributário Nacional, artigo 161, §1º], a contar da citação do réu [art. 240, Código de Processo Civil], abatendo-se o valor de R\$ 1.065,94, corrigido monetariamente, pelo índice do INPC, desde o crédito em favor da autora.

Em face da sucumbência recíproca, mas não equivalente, condeno as partes, na proporção de 30% para a autora e 70% para o réu, no pagamento das custas processuais.

No que concerne aos honorários advocatícios de sucumbência, deverá a parte requerida arcar com o pagamento de 10% sobre o valor da condenação, enquanto que a parte requerente deverá pagar o valor de 10% sobre o proveito econômico obtido pela parte requerida, ou seja, a diferença entre o que foi pedido e a efetiva condenação, vedada a compensação, tudo nos termos do art. 85, §§ 2º, 14º, do Código de Processo Civil.

Diante da gratuidade de justiça que foi deferida à autora, fica suspensa a exigibilidade da verba sucumbencial enquanto perdurar a sua miserabilidade jurídica, conforme dispõe o art. 98, §3º do novo Código de Processo Civil.

**Oficie-se ao INSS comunicando o teor da presente sentença.**

Transcorrido o prazo sem pagamento, aguarde-se a manifestação do autor, por 30 [trinta] dias. Sem manifestação, arquivem-se.

Oportunamente, transitada em julgado, não havendo outros requerimentos, intime-se para recolhimento das custas em aberto, e, após, dê-se baixa e arquivem-se, observando-se as normas do PGC.

Publique-se. Intimem-se. Sentença registrada eletronicamente.

Sentença proferida em atuação no Núcleo Permanente de Gestão de Metas do Primeiro Grau - NUPMETAS-1.

Brasília/DF.

Sentença assinada na data da assinatura eletrônica.

**MATHEUS STAMILLO SANTARELLI ZULIANI**  
**Juiz de Direito Substituto**

Assinado eletronicamente por: MATHEUS STAMILLO SANTARELLI ZULIANI

27/03/2020 22:50:31

<https://pje.tjdft.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 60335770



200327225031304000000

IMPRIMIR

GERAR PDF



**Processo Judicial Eletrônico - 1º Grau**  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**

Detalhe do Processo
<p>Número do Processo: 0720462-92.2019.8.07.0003 Classe Judicial: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) Órgão Julgador: 2ª Vara Cível de Ceilândia Órgão Julgador Colegiado: Data de distribuição: 31 de Outubro de 2019 Assunto: DIREITO CIVIL (899) - Obrigações (7681) - Atos Unilaterais (7694) - Pagamento Indevido (7714) DIREITO CIVIL (899) - Obrigações (7681) - Atos Unilaterais (7694) - Enriquecimento sem Causa (7715) DIREITO CIVIL (899) - Obrigações (7681) - Espécies de Contratos (9580) - Contratos Bancários (9607) DIREITO CIVIL (899) - Fatos Jurídicos (7947) - Ato / Negócio Jurídico (4701) - Defeito, nulidade ou anulação (4703) DIREITO DO CONSUMIDOR (1156) - Responsabilidade do Fornecedor (6220) - Indenização por Dano Moral (7779) DIREITO DO CONSUMIDOR (1156) - Contratos de Consumo (7771) DIREITO DO CONSUMIDOR (1156) - Contratos de Consumo (7771) - Bancários (7752) DIREITO DO CONSUMIDOR (1156) - Contratos de Consumo (7771) - Cartão de Crédito (7772)</p>

**Informações do processo**

Polo Ativo	
Nome Parte	Tipo Parte
CIRENE ESTRELA	ADVOGADO
EMILIA MARIA COSTA MOURA	AUTOR

Polo Passivo	
Nome Parte	Tipo Parte
BANCO BMG S.A	RÉU
BREINER RICARDO DINIZ RESENDE MACHADO	ADVOGADO
ANDRE RENNO LIMA GUIMARAES DE ANDRADE	ADVOGADO

Movimentação do Processo
--------------------------

Data de atualização	Movimento
02/06/2020 16:57:26	Remetidos os Autos da(o) 2ª Vara Cível de Ceilândia para 2º Grau - (em grau de recurso)
02/06/2020 16:55:30	Juntada de ficha de inspeção judicial
02/06/2020 16:55:00	Juntada de certidão
01/06/2020 16:23:40	Recebidos os autos
01/06/2020 11:00:43	Proferido despacho de mero expediente
27/05/2020 07:24:59	Conclusos para decisão para Juiz(a) ITAMAR DIAS NORONHA FILHO
26/05/2020 10:55:09	Juntada de Petição de contrarrazões
26/05/2020 03:02:22	Decorrido prazo de BANCO BMG S.A em 25/05/2020 23:59:59.
18/05/2020 07:24:16	Expedição de Outros documentos.
18/05/2020 07:23:32	Expedição de Certidão.
15/05/2020 16:12:15	Juntada de Petição de apelação
15/05/2020 16:06:06	Juntada de Petição de contrarrazões
04/05/2020 03:12:46	Publicado Certidão em 04/05/2020.
04/05/2020 03:04:03	Publicado Sentença em 04/05/2020.
20/04/2020 03:07:19	Disponibilizado no DJ Eletrônico
16/04/2020 08:15:27	Expedição de Certidão.
15/04/2020 16:16:47	Juntada de Petição de apelação
01/04/2020 02:16:38	Disponibilizado no DJ Eletrônico
31/03/2020 15:47:40	Expedição de Ofício.
30/03/2020 13:10:34	Expedição de Outros documentos.
28/03/2020 11:47:47	Remetidos os Autos da(o) Núcleo Permanente de Gestão de Metas de 1º Grau para 2ª Vara Cível de Ceilândia - (em diligência)
27/03/2020 22:50:32	Recebidos os autos
27/03/2020 17:54:27	Julgado procedente em parte do pedido
16/03/2020 16:13:25	Conclusos para julgamento para Juiz(a) MATHEUS STAMILLO SANTARELLI ZULIANI
04/03/2020 18:08:32	Remetidos os Autos da(o) 2ª Vara Cível de Ceilândia para Núcleo Permanente de Gestão de Metas de 1º Grau - (em diligência)
04/03/2020 18:08:09	Recebidos os autos
27/02/2020 13:43:06	Conclusos para julgamento para Juiz(a) ITAMAR DIAS NORONHA FILHO
20/02/2020 11:56:07	Recebidos os autos

Data de atualização	Movimento
19/02/2020 10:35:04	Proferido despacho de mero expediente
14/02/2020 14:38:53	Conclusos para decisão para Juiz(a) ITAMAR DIAS NORONHA FILHO
12/02/2020 02:21:08	Decorrido prazo de BANCO BMG S.A em 06/02/2020 23:59:59.
12/02/2020 02:13:36	Decorrido prazo de BANCO BMG S.A em 10/02/2020 23:59:59.
04/02/2020 17:00:24	Juntada de Petição de petição
04/02/2020 10:14:17	Juntada de Petição de petição
03/02/2020 04:14:41	Publicado Decisão em 03/02/2020.
01/02/2020 09:32:58	Disponibilizado no DJ Eletrônico
29/01/2020 14:24:22	Recebidos os autos
29/01/2020 14:24:20	Expedição de Outros documentos.
28/01/2020 14:14:26	Decisão interlocutória - recebido
27/01/2020 18:46:41	Conclusos para decisão para Juiz(a) ITAMAR DIAS NORONHA FILHO
24/01/2020 17:06:25	Juntada de Petição de réplica
23/01/2020 02:11:49	Publicado Despacho em 23/01/2020.
22/01/2020 18:38:51	Disponibilizado no DJ Eletrônico
10/01/2020 20:49:40	Recebidos os autos
10/01/2020 08:27:01	Proferido despacho de mero expediente
27/12/2019 18:40:01	Conclusos para decisão para Juiz(a) ITAMAR DIAS NORONHA FILHO
27/12/2019 18:25:17	Juntada de ar - aviso de recebimento
23/12/2019 15:05:02	Juntada de Petição de contestação
14/12/2019 06:18:06	Decorrido prazo de EMILIA MARIA COSTA MOURA em 12/12/2019 23:59:59.
22/11/2019 14:00:44	Expedição de Aviso de recebimento (AR).
22/11/2019 14:00:43	Expedição de Mandado.
22/11/2019 00:37:07	Publicado Decisão em 22/11/2019.
21/11/2019 18:38:11	Disponibilizado no DJ Eletrônico
14/11/2019 17:20:40	Recebidos os autos
14/11/2019 17:20:40	Não Concedida a Antecipação de tutela
14/11/2019 00:12:03	Conclusos para decisão para Juiz(a) ITAMAR DIAS NORONHA FILHO
11/11/2019 15:59:39	Juntada de Petição de emenda à inicial
05/11/2019 05:57:12	Publicado Decisão em 05/11/2019.
05/11/2019 05:57:10	Disponibilizado no DJ Eletrônico
31/10/2019 15:51:28	Recebidos os autos

Data de atualização	Movimento
31/10/2019 15:51:26	Decisão interlocutória - emenda à inicial
31/10/2019 13:23:36	Distribuído por sorteio

**Visualizado/Impresso em:08/07/2020 13:02:28**



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

**DESPACHO**

**Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.**

**Ref.:** Processo nº 35014.143211/2020-13.

**Int.:** BANCO BMG S.A.

**A s s .:** Apuração de irregularidades -  
Processo SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41.

1. Visto.
2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite no SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco BMG S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41, **conclui-se** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

*assinado eletronicamente*

**MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS**

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios  
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 08/11/2021, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?)





[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **5468648** e o código CRC **C17975F0**.

---

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.143211/2020-13

SEI nº 5468648